



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

EDITAL

**PREGÃO ELETRÔNICO PMSG EXCLUSIVO PARA MICROEMPREENDEDOR
INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS Nº
090/2021.
(Processo Administrativo nº 16.505/2021)**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de São Gonçalo, por intermédio da Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo **menor preço por lote e menor preço por item**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, do Decreto Municipal nº 093, de 15 de Março de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas atualizações, da Lei Municipal nº 357/2011, a Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 03/2018, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do Decreto Federal nº 10.024/2019 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 17/11/2021

Horário: 10:00

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de mobiliário (incluída a montagem), destinado a equipar as novas dependências da PGM-SG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por lote e menor preço por item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

2.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

2.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.1.1. Em relação ao objeto a ser contratado, a participação é exclusiva a microempreendedor individual, microempresas, empresas de pequeno porte, equiparadas e sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

3.1.2. Na hipótese de deserção ou fracasso dos itens destinados à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas na forma do item anterior, será realizada a republicação do edital, com ampla participação, sem exclusividade para os respectivos itens, o que será precedido de competente justificativa e autorização pelas autoridades competentes.

3.1.3. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.3. **Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente, conforme determina Artigo 1.134 do Código Civil Brasileiro;**

3.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

3.3.5. Empresas que se encontram sob o regime falimentar. **As empresas em recuperação judicial que tenham seu plano de recuperação aprovado pelo juízo competente poderão participar do certame;**

3.3.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

3.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.4.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte;

3.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.4.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.4.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.4.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

3.4.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

3.4.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

3.6. Para fins de deste Edital, entende-se por Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte aptas a participar do presente certame aquelas definidas no Artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06 e que não se enquadram em nenhuma das situações previstas no § 4º deste mesmo Artigo 3º da Lei Complementar 123/06.

3.6.1. Entende-se por Microempreendedores Individuais aptos a participar do presente certame aqueles definidos na Lei Complementar 128/08.

3.6.2. Os Microempreendedores Individuais, as Microempresas e as Empresas de Pequenos Porte doravante serão designadas respectivamente por MEI/ME/EPP.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital e seus anexos, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital e seus anexos, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.8. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

4.9. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 5.1.1. Valor unitário e total do item ou percentual de desconto;
- 5.1.2. Marca;
- 5.1.3. Fabricante;
- 5.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 5.1.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 5.1.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 5.1.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.1.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.1.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e da União, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital e seus anexos.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

- 6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.3. A aceitação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito nas fases subsequentes.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.1. **O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote, ou seja, pelo valor anual da contratação e pelo valor unitário de cada item (que não compõe os lotes), limitado a quatro casas decimais.**
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 01 (um) centavo.
- 6.8.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 6.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 6.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 6.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. **O Critério de julgamento adotado será o menor preço por lote e menor preço por item, conforme definido neste Edital e seus anexos.**
- 6.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

6.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

6.28.1. no país;

6.28.2. por empresas brasileiras;

6.28.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.28.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

6.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.32. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos anexos e documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.33. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto Municipal nº 093/2021.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

7.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

7.4 **A proposta de preço contendo as especificações detalhadas dos itens ofertados, com o valor atualizado da licitante detentora da melhor oferta, acompanhado com manuais *folders*/encartes de cada item que compõe o grupo vencedor, se for o caso; proposta vencedora, DEVERÁ ser enviada ELETRONICAMENTE, NO PRAZO DE 24 (vinte e quatro) horas contando da solicitação do Pregoeiro, por meio da opção “ENVIAR ANEXO” do Portal Comprasnet, em arquivo único (conforme IN nº03/2018 MPOG art. 21, §6º).**

7.4.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.5 Caso a Licitante não logre êxito em enviar eletronicamente ou equivocar-se no envio do arquivo através do sítio oficial (COMPRASNET), deverá oficializar a solicitação ao Pregoeiro da reabertura do prazo remanescente no sistema, através de e-mail: pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br contendo o “*printscreen*” da tela e aviso por telefone **(21) 2199-6442 / 2199-6329**. Tal solicitação não será garantia da reabertura de prazo após a análise do Pregoeiro.

7.6 Caso o sítio oficial (COMPRASNET) esteja indisponível, deverá registrar através da Plataforma de Atendimento disponível no Portal de Compras Governamentais (<http://portaldeservicos.planejamento.gov.br> ou 0800-978-9001) um acionamento do ocorrido, remetendo o protocolo através de e-mail: pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br e aviso por telefone **(21) 2199-6442 / 2199-6329** ao Pregoeiro para reabertura do prazo remanescente no sistema. Após análise do Pregoeiro em consulta ao SERPRO, tal solicitação não será garantia da reabertura de prazo.

7.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.8 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.9 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

7.10. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.11. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.12. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:7263467310545:::P3_TIPO_RELACAO:INI_DONEO);

8.1.5. Lista de Empresas Sancionadas, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ (<https://www.tce.rj.gov.br/empresas-sancionadas>);

8.1.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.7. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

8.1.8. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.1.9. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.1.10. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1.11. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

8.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

8.2.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de inabilitação.

8.2.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.2.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.2.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

8.2.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.2.9. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.3. Ressalvado o disposto no item 4.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

8.4. Habilitação jurídica:

8.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.4.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.4.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.4.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, conforme determina Artigo 1.134 do Código Civil Brasileiro.

8.4.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.5. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.5.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.5.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

8.5.3. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.4. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.5.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa de Débitos e da Certidão Negativa de Dívida Ativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

8.5.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de Débitos e da Certidão Negativa de Dívida Ativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

8.5.7. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.8. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5.9. caso o licitante seja considerado isento dos tributos federais, estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração das respectivas Fazendas do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.5.10. Os documentos constantes nos subitens 8.5.4, 8.5.5, 8.5.6, 8.5.7 e 8.5.8 deverão ter validade na data estipulada no preâmbulo para envio da proposta.

8.6. Qualificação Econômico-Financeira

8.6.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.6.2. A sede da licitante onde a Comarca já esteja em funcionamento o Processo Judicial Eletrônico-PJe, a Certidão de falência ou recuperação judicial deverá ser requerida diretamente ao Tribunal de Justiça do Estado-TJe.

8.6.3. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

8.6.4. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

8.6.5. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.6.6. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

8.6.7. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.6.8. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.6.9. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.6.10. As certidões descritas no item **8.6.1** que não possuam prazo de validade expresso deverão ter sido expedidas há menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta.

8.7. **Qualificação Técnica**

8.7.1. As empresas deverão fornecer Atestado(s) de Capacidade Técnica para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, através de no mínimo 01 (um) atestado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

privado. A comprovação da experiência prévia considerará o mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo a ser adquirido.

8.8. Amostra

8.8.1. A empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá, quando solicitado, enviar amostra do(s) item(ns), na forma de encartes, catálogos e/ou folders, contendo foto e descrição exata das especificações do item, para verificação de conformidade com as exigências deste Termo, e consequente aceitação.

8.8.2. A amostra deverá ser encaminhada via eletrônica pelo sistema COMPRASNET, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da solicitação do Pregoeiro. Comprovado o envio, a Secretaria requisitante terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta.

8.8.3. Caso reprovados quaisquer dos itens constantes do Lote, a empresa será inabilitada e será convocada para apresentação de Amostra a próxima empresa, na ordem de classificação.

8.9. Critérios para aprovação e reprovação de Amostras

8.9.1. As amostras apresentadas exigidas neste termo de referência deverão ser avaliadas, por servidor previamente designado pela pasta solicitante, que levará em consideração as descrições dos bens e emitirá parecer técnico com base em critérios objetivos, apontados em formulário próprio anexo a este Edital.

8.9.2 Caso as amostras apresentadas pelo licitante vencedor da fase de lances não sejam aprovadas, deverá ser convocado o próximo licitante, obedecendo a ordem de classificação.

8.10. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.11. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.12. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

- 8.13.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 8.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 8.16. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 8.17. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 8.18. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.
- 8.19. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 8.20. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 8.21. Em caso de anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, deverá ser comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente, sob pena de inabilitação.
- 8.22. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, **conforme os subitens 7.4 a 7.7 deste edital**, e deverá:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

- 9.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 9.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 9.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 9.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 9.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 9.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 9.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 9.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.
- 9.8.1. A proposta final deverá ser encaminhada com os respectivos manuais, encartes/folders, *se for o caso* e demais informações pertinentes ao(s) respectivo(s) lote(s) vencidos no certame.

10. DOS RECURSOS

- 10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias **corridos** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

13.1. Os recursos previstos para execução do fornecimento correrão à conta do Programa de Trabalho **2028.04.122.2061.1.001**, Natureza de Despesa **4.4.90.52**. Podendo ocorrer na fonte: **00**.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

14.2. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o órgão Contratante atestar a execução do objeto do contrato.

14.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal (certidões CNDT, CND e CRF), constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais no art. 29 da Lei nº 8.666/93.

14.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15. DO TERMO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

- 18.1.1. não assinar o contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho dentro do prazo.
 - 18.1.2. apresentar documentação falsa;
 - 18.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 18.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 18.1.5. não mantiver a proposta;
 - 18.1.6. cometer fraude fiscal;
 - 18.1.7. comportar-se de modo inidôneo;
- 18.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 18.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 18.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
 - 18.3.2. Multa de **0,33% (zero vírgula trinta e três por cento)** sobre o valor do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do contratado;
 - 18.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 18.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com o Município de São Gonçalo e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 18.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 18.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 18.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 18.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 18.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

18.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,

18.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

19.2. A impugnação será realizada na forma eletrônica, por meio do e-mail pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br.

19.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

19.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

19.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

19.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

19.9. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 20.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 20.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 20.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 20.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 20.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 20.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 20.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> e <https://servicos.pmsg.rj.gov.br/licitacao/e> também poderão ser lidos e/ou obtidos na Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos, endereço Rua Feliciano Sodré, nº 100, Centro, SG, nos dias úteis, no horário das 9:00 horas às 16:30 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 20.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- ANEXO I - Termo de Referência;
- ANEXO II – Proposta Comercial;
- ANEXO III – Planilha Orçamentária;
- ANEXO IV – Minuta de Contrato.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

São Gonçalo, 29 de outubro de 2021.

(Januza Brandão Assad Santos)

Procuradora Geral do Município



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

I – INTRODUÇÃO

O presente documento visa fornecer um conjunto de informações minimamente necessárias aos eventualmente interessados em participar de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico cujo objeto é a aquisição de mobiliário para atender as novas instalações da Procuradoria Geral do Município de São Gonçalo, bem como estabelecer as obrigações da empresa sobre a qual recairá a adjudicação do certame licitatório.

II – JUSTIFICATIVA

Para fazer frente às transformações por que passa a PGM-SG, torna-se imprescindível a sustentação administrativa e operacional.

Com a aquisição ora proposta, busca-se mobiliar as salas 704, 705 e 707 do imóvel não residencial localizado à Rua Dr. Feliciano Sodré, 82, Centro, São Gonçalo/RJ – salas estas destinadas a abrigar as instalações da PGM-SG, diminuindo, em consequência, gastos com redundâncias de trabalhos.

A natureza do objeto da licitação classifica-se como **bens comuns**, a ser processada através da modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA. Tal critério é adotado por estarem presentes os elementos de conveniência na aquisição de bens para atendimento às demandas da Procuradoria Geral do Município de São Gonçalo, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Edital e através de especificações usuais de mercado.

Sendo facultada a adoção do SRP, esta PGM decide não fazê-lo a fim de eximir-se de quaisquer compromissos burocráticos na gestão da Ata de Registro de Preços, bem como a intenção de contratar por quantidade e preço certos, além da urgência na aquisição/recebimento dos bens, portanto não se enquadrando nas hipóteses previstas nos incisos do Art. 2º do Decreto Municipal nº 057/2009.

III – OBJETIVO DA AQUISIÇÃO

Aquisição de mobiliário (incluída a montagem), destinado a equipar as novas dependências da PGM-SG. Pretende-se, com a aquisição, alcançar os seguintes objetivos:

- a) Dar prosseguimento ao processo de modernização da PGM-SG;
- b) Proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores e de atendimento aos cidadãos.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

IV – QUANTITATIVO E DESCRIÇÃO DOS LOTES E ITENS

LOTE	ITEM	QDE.	DESCRIÇÃO
1*	1.1	03	<p>Estação de trabalho em MDP com 4 lugares, tipo bancada de trabalho; cor carvalho – medindo aproximadamente 2,40m comprimento, 1,40m largura, altura de 0,75m.</p> <p>Divisória A, medidas aproximadas: Comprimento 1,00m, Altura 0,40m, Espessura 18mm.</p> <p>Divisória B, medidas aproximadas: Altura 0,40m, Largura 0,43m, Espessura 18mm.</p> <p>Cada lugar medindo aproximadamente 1,20 x 0,60m.</p> <p>Tampo confeccionado em madeira MDP com aproximadamente 25mm de espessura, com acabamento nas duas faces em laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor carvalho.</p>
	1.2	03	<p>Mesa para escritório em “L” sendo o lado maior peninsular, com medidas aproximadas de 70cm (L) x 180/160cm (C) x 73,5cm (H).</p> <p>Tampo fabricado em MDP, com aprox. 25 mm de espessura.</p> <p>Acabamento para ambas as faces em laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor carvalho.</p> <p>Encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil, na mesma cor do laminado.</p> <p>Painéis frontais fabricados em MDP, com aprox. 18 mm de espessura. Acabamento em ambas as faces, com laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor carvalho. Encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil. Pés metálicos em “I”, na cor platina ou cinza metalizado.</p> <p>03 (três) Gavetas com aprox. 18 mm de espessura, encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil, com carrilho de aço inoxidável fixos na extremidade do lado menor.</p> <p>Puxador alça medindo aproximadamente 150mm, com furação 128mm em acabamento zamak cromo acetinado.</p>
	1.3	04	<p>Armário baixo, medidas 122cm (L) x 43,5cm (P) x 75cm (H).</p> <p>Tampo, corpo, portas e prateleiras fabricadas em MDP com acabamento em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor carvalho. Sendo:</p> <p>Tampo, com aprox. 25 mm de espessura com bordas protegidas em fita borda em policloreto de vinil na mesma cor do tampo.</p> <p>Corpo, Encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil, das laterais, contendo duas fileiras de furos com diâmetro de aprox. 5 mm, distanciados entre si em aprox. 64mm, possibilitando o ajuste da prateleira regulável a cada 64mm, aproximadamente.</p> <p>Fundo em MDP com aprox. 18 mm de espessura. Encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil.</p> <p>02 (duas) Portas inferiores de abrir em MDP com aprox. 18 mm de espessura. Encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil. Dotadas de duas dobradiças com abertura 270° cada porta,</p>



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

			<p>com fixação lateral com calço de altura de aprox. 5 mm, permitindo diversas regulagens.</p> <p>Puxador alça medindo aprox. 150 mm, com furação 128 mm, acabamento em zamak cromo acetinado, fixado com parafusos.</p> <p>01 (Uma) Prateleira com aprox. 18 mm de espessura, encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil, regulável e apoiada em pinos de aço inoxidável fixos nas laterais, com cavidades na face inferior para dar melhor apoio sobre os pinos.</p>
	1.4	01	<p>Mesa retangular para reunião com medidas de aprox. 200 cm (L) x 100 cm (P) x 73,5 cm (H). Tampo fabricado em MDP com aprox. 25 mm de espessura. Acabamento em ambas as faces em laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor carvalho. Encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil, na mesma cor do laminado.</p> <p>Painéis frontais fabricados em MDP com aprox. 18 mm de espessura.</p> <p>Pés metálicos em “I”, na cor platina ou cinza metalizado. Fixação das estruturas do tampo através de parafuso e bucha metálica com rosca milimétrica para dar rigidez e permitir a montagem e desmontagem sem danificar seus componentes.</p>
	1.5	01	<p>Armário alto, medidas aprox. de 60 cm (L) x 32m (P) x 175 cm (H). Corpo, tampo, portas e prateleiras fabricadas em madeira MDP com acabamento em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor carvalho.</p> <p>Sendo o tampo com aprox. 25 mm de espessura com bordas protegidas por fita borda na mesma cor do tampo.</p> <p>Corpo: em MDP, com aprox. 18 mm de espessura, encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil, contendo duas fileiras de furos com diâmetro de aprox. 5 mm, distanciados entre si em aprox. 64 mm, possibilitando o ajuste da prateleira regulável aproximadamente a cada 64 mm;</p> <p>Fundo: em MDP com aprox. 18 mm de espessura. Encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil.</p> <p>02 (duas) Portas de abrir em MDP, com aprox. 18 mm de espessura. Dotadas de três dobradiças com abertura de aprox. 270° cada porta, com fixação lateral com calço de 5 mm de altura permitindo diversas regulagens.</p> <p>Puxador em formato alça medindo aproximadamente 150 mm, fixado com parafusos.</p> <p>Prateleiras com aprox. 18 mm de espessura, 01 (uma) prateleira fixa nas laterais do armário por quatro parafusos embutidos na face inferior da prateleira. 03 (três) Prateleiras reguláveis apoiadas em pinos de aço inoxidável fixos nas laterais, com cavidades na face inferior para dar melhor apoio sobre os pinos.</p>
	1.6	01	<p>Mesa Presidente formato em “L”, medidas aproximadas de 70 cm</p>



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

			(L) x 170 cm (C) x 73,5 cm (H). Com armário de medidas aproximadas 45cm (L) x 160 cm (C) x 63,5 cm (H); 02 (duas) Portas dotadas de duas dobradiças com abertura de 270° cada porta, com fixação lateral com calço de altura de aprox. 5 mm de altura permitindo diversas regulagens. 3 (três) Gavetas com aprox. 18 mm de espessura, encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil, com carrilho de aço inoxidável fixos na extremidade do lado menor, puxadores em PVC com pintura cromo acetinada; 2 Nichos; Tampo fabricado em MDP, com aprox. 25 mm de espessura; Acabamento em ambas as faces em laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor carvalho.
	1.7	01	Mesa para escritório (Diretor) em “L” sendo o lado maior peninsular, com medidas aproximadas de 70 cm (L) x 170/150 cm (C) x 73,5 cm (H). Tampo fabricado em MDP, com aprox. 25 mm de espessura. Acabamento em ambas as faces em laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor carvalho. Encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil, na mesma cor do laminado. Painéis frontais fabricados em MDP, com aprox. 18 mm de espessura. Acabamento em ambas as faces, com laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor carvalho. Encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil. Pés metálicos em “T”, na cor platina ou cinza metalizado. 03 (Três) Gavetas com aprox. 18 mm de espessura, encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil, com carrilho de aço inoxidável fixos na extremidade do lado menor. Portas: 1 (Uma) porta inferior de abrir em MDP com aprox. 18 mm de espessura. Encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil. Dotadas de duas dobradiças com abertura de 270° cada porta, com fixação lateral com calço de altura de aprox. 5mm de altura permitindo diversas regulagens. Puxador alça medindo aproximadamente 150 mm, com furação 128mm, acabamento em zamak cromo acetinado.
LOTE	ITEM	QDE.	DESCRIÇÃO
2	2.1	01	Purificador de água, natural e gelada; eletrônico; dimensões aproximadas 46x31x32cm; potência 65 w; 127 volts.
	2.2	04	Cafeteira elétrica 110 volts, capacidade mínima 1,8 litros.
	2.3	04	Frigobar com aprox. 71 litros; cor branca; 110 volts; porta reversível; com no mínimo 2 prateleiras.
	2.4	01	Geladeira/refrigerador com aprox. 410 litros; 110 volts; cor branca.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

	2.5	04	Forno micro-ondas com no mínimo 20 litros; 110 volts; com trava de segurança, cor branca.
ITEM	QDE.	DESCRIÇÃO	
3*	28	Cadeira de escritório na cor preta, em tela mesh, Material em Poliuretano, com rodinhas, ajuste de altura a gás, base giratória 360°, desmontável, com aranha de 05 (cinco) hastes de aço, com medidas aproximadas: (P) 61 cm (L) 62 cm (H) Alta: 105 cm, Baixa: 95 cm. Medida Interna do Assento (P) 53 cm (L) 49 cm. Peso Máx. Recomendado: 120 kg.	
ITEM	QDE.	DESCRIÇÃO	
4	03	Ar condicionado Split, inverter; 12.000 btus; 220 volts; monofásico.	

* Todos os itens assinalados deverão obedecer aos padrões NBR n^{os} 13962, 13966, 13967 e 13961, e NR 17.

V – CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O julgamento e classificação das propostas será através do critério de MENOR PREÇO POR LOTE e MENOR PREÇO POR ITEM, respectivamente, devendo ainda os participantes apresentar os preços unitários por item constante no lote.

VI – VALIDADE DAS PROPOSTAS

Todas as propostas devem ter validade mínima de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de recebimento das mesmas.

VII – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos previstos para a referida aquisição correrão à conta do orçamento da PGM-SG, através do **Programa de Trabalho 2028.04.122.2061.1.001, Natureza de Despesa 4.4.90.52 e Fonte de Recursos 00.**

VIII – AMOSTRA

A empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá, quando solicitado, enviar amostra do(s) item(ns), na forma de encartes, catálogos e/ou folders, contendo foto e descrição exata das especificações do item, para verificação de conformidade com as exigências deste Termo, e consequente aceitação.

A amostra deverá ser encaminhada via eletrônica pelo sistema COMPRASNET, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da solicitação do Pregoeiro. Comprovado o envio, a Secretaria requisitante terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

Caso reprovados quaisquer dos itens constantes do Lote, a empresa será inabilitada e será convocada para apresentação de Amostra a próxima empresa, na ordem de classificação.

IX – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

As empresas deverão fornecer Atestado(s) de Capacidade Técnica para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, através de no mínimo 01 (um) atestado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado. A comprovação da experiência prévia considerará o mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo a ser adquirido.

X – ACEITAÇÃO DO OBJETO

Todos os produtos adquiridos estarão sujeitos à ampla e irrestrita fiscalização a ser desempenhada pela PGM-SG, e serão recebidos pelos fiscais designados:

- provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação; e
- definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

Na hipótese do recebimento provisório não ser atestado dentro do prazo indicado, reputar-se-á como consumado.

XI – FISCALIZAÇÃO

No ato da entrega dos bens, caberá à CONTRATANTE a fiscalização, por intermédio de no mínimo 02 (dois) servidores, lotados na PGM, e designados formalmente para tal finalidade, nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/93, que registrarão em anotação própria todas as ocorrências e as deficiências verificadas, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, objetivando imediata correção das irregularidades apontadas, se for o caso.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, em sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

XII - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

a) DA CONTRATADA



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência/Edital e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade (incluir informações que a nota fiscal deve apresentar).

O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

b) DA CONTRATANTE

São obrigações da Contratante:

- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos no Termo de Referência/Edital e seus anexos;
- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência/Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- Comunicar à Contratada por escrito sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto entregue, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor(es) especialmente designado(s);
- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

XIII – DA ENTREGA

A entrega/montagem dos bens deverá ser executada de forma imediata, em até 05 (cinco) dias úteis, após publicada a homologação do certame, e de acordo com o especificado no **Item X**.

XIV – LOCAL DA ENTREGA

A entrega dos bens, incluindo a montagem, deverá ser efetuada no seguinte endereço: Rua Dr. Feliciano Sodré, 82, Centro, São Gonçalo/RJ – a serem alocados nas Salas 704, 705 e 707, de acordo com o solicitado pelos fiscais do contrato.

XV – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em razão de eventual atraso ou inexecução parcial ou total dos serviços objetos deste Termo de Referência, a PGM-SG poderá garantir a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

- I.** Advertência;
- II.** Multa, nos seguintes termos:
 - a.** Em relação ao prazo estipulado, 1% (hum por cento), por dia de atraso, calculada sobre o valor do(s) bem(ns);
 - b.** Recusa em executar o serviço, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado, 5% (cinco por cento) do valor do(s) bem(ns);
 - c.** Demora em corrigir falhas identificadas nos bens, a contar do segundo dia data de notificação da rejeição, de 1% (hum por cento) do valor do bem, por cada dia corrido;
 - d.** Recusa da contratada em corrigir falhas identificadas nos bens, caracterizada pela não efetivação do fornecimento nos cinco dias que se seguirem à data de notificação da rejeição: 5% (cinco por cento) do valor dos bens rejeitados.

A multa mencionada em parágrafo anterior não possui caráter compensatório, mas sim moratório, e seu pagamento não exime a contratada da responsabilidade pelas perdas e danos ou prejuízos decorrentes das infrações cometidas.

XVI – GARANTIA

Os produtos terão como garantia mínima o prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de entrega, ou maior, caso fornecido pelo fabricante.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

XVII – PAGAMENTO

O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o órgão Contratante atestar a execução do objeto do contrato.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal (certidões CNDT, CND e CRF), constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais no art. 29 da Lei nº 8.666/93.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

XVIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o disposto na Lei Federal nº 12.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 bem como os Princípios Gerais do Direito.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

**ANEXO II
PROPOSTA COMERCIAL**

Proponente:						
Endereço:						
Modalidade: Pregão Eletrônico				Nº 090/2021		
Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias				Prazo de Entrega: Conforme TR. (Anexo I)		
CNPJ.:				Insc. Estadual:		
Condições de Pagamento: CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL						
ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO		
			LOTE 1	MARCA	UNIT	TOTAL
1	UNID	03	Estação de trabalho em MDP com 4 lugares, tipo bancada de trabalho; cor carvalho – medindo aproximadamente 2,40m comprimento, 1,40m largura, altura de 0,75m. Divisória A, medidas aproximadas: Comprimento 1,00m, Altura 0,40m, Espessura 18mm. Divisória B, medidas aproximadas: Altura 0,40m, Largura 0,43m, Espessura 18mm. Cada lugar medindo aproximadamente 1,20 x 0,60m. Tampo confeccionado em madeira MDP com aproximadamente 25mm de espessura, com acabamento nas duas faces em laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor carvalho.			
2	UNID	03	Mesa para escritório em “L” sendo o lado maior peninsular, com medidas aproximadas de 70cm (L) x 180/160cm (C) x 73,5cm (H). Tampo fabricado em MDP, com aprox. 25 mm de espessura. Acabamento para ambas as faces em laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor carvalho. Encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil, na mesma cor do laminado. Painéis frontais fabricados em MDP, com aprox. 18 mm de espessura. Acabamento em ambas as faces, com laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor carvalho. Encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil. Pés metálicos em “I”, na cor platina ou cinza metalizado. 03 (três) Gavetas com aprox. 18 mm de espessura, encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil, com carrilho de aço inoxidável fixos na extremidade do lado menor. Puxador alça medindo aproximadamente 150mm, com furação 128mm em acabamento zamak cromo acetinado.			



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

3	UNID	04	<p>Armário baixo, medidas 122cm (L) x 43,5cm (P) x 75cm (H). Tampo, corpo, portas e prateleiras fabricadas em MDP com acabamento em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor carvalho. Sendo:</p> <p>Tampo, com aprox. 25 mm de espessura com bordas protegidas em fita borda em policloreto de vinil na mesma cor do tampo.</p> <p>Corpo, Encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil, das laterais, contendo duas fileiras de furos com diâmetro de aprox. 5 mm, distanciados entre si em aprox. 64mm, possibilitando o ajuste da prateleira regulável a cada 64mm, aproximadamente.</p> <p>Fundo em MDP com aprox. 18 mm de espessura.</p> <p>Encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil.</p> <p>02 (duas) Portas inferiores de abrir em MDP com aprox. 18 mm de espessura. Encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil. Dotadas de duas dobradiças com abertura 270° cada porta, com fixação lateral com calço de altura de aprox. 5 mm, permitindo diversas regulagens.</p> <p>Puxador alça medindo aprox. 150 mm, com furação 128 mm, acabamento em zamak cromo acetinado, fixado com parafusos.</p> <p>01 (Uma) Prateleira com aprox. 18 mm de espessura, encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil, regulável e apoiada em pinos de aço inoxidável fixos nas laterais, com cavidades na face inferior para dar melhor apoio sobre os pinos.</p>			
4	UNID	01	<p>Mesa retangular para reunião com medidas de aprox. 200 cm (L) x 100 cm (P) x 73,5 cm (H). Tampo fabricado em MDP com aprox. 25 mm de espessura. Acabamento em ambas as faces em laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor carvalho. Encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil, na mesma cor do laminado.</p> <p>Painéis frontais fabricados em MDP com aprox. 18 mm de espessura.</p> <p>Pés metálicos em “I”, na cor platina ou cinza metalizado. Fixação das estruturas do tampo através de parafuso e bucha metálica com rosca milimétrica para dar rigidez e permitir a montagem e desmontagem sem danificar seus componentes.</p>			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

5	UNID	01	<p>Armário alto, medidas aprox. de 60 cm (L) x 32m (P) x 175 cm (H).</p> <p>Corpo, tampo, portas e prateleiras fabricadas em madeira MDP com acabamento em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor carvalho.</p> <p>Sendo o tampo com aprox. 25 mm de espessura com bordas protegidas por fita borda na mesma cor do tampo.</p> <p>Corpo: em MDP, com aprox. 18 mm de espessura, encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil, contendo duas fileiras de furos com diâmetro de aprox. 5 mm, distanciados entre si em aprox. 64 mm, possibilitando o ajuste da prateleira regulável aproximadamente a cada 64 mm;</p> <p>Fundo: em MDP com aprox. 18 mm de espessura.</p> <p>Encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil.</p> <p>02 (duas) Portas de abrir em MDP, com aprox. 18 mm de espessura.</p> <p>Dotadas de três dobradiças com abertura de aprox. 270° cada porta, com fixação lateral com calço de 5 mm de altura permitindo diversas regulagens.</p> <p>Puxador em formato alça medindo aproximadamente 150 mm, fixado com parafusos.</p> <p>Prateleiras com aprox. 18 mm de espessura, 01 (uma) prateleira fixa nas laterais do armário por quatro parafusos embutidos na face inferior da prateleira. 03 (três) Prateleiras reguláveis apoiadas em pinos de aço inoxidável fixos nas laterais, com cavidades na face inferior para dar melhor apoio sobre os pinos.</p>			
6	UNID	01	<p>Mesa Presidente formato em “L”, medidas aproximadas de 70 cm (L) x 170 cm (C) x 73,5 cm (H).</p> <p>Com armário de medidas aproximadas 45cm (L) x 160 cm (C) x 63,5 cm (H);</p> <p>02 (duas) Portas dotadas de duas dobradiças com abertura de 270° cada porta, com fixação lateral com calço de altura de aprox. 5 mm de altura permitindo diversas regulagens.</p> <p>3 (três) Gavetas com aprox. 18 mm de espessura, encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil, com carrilho de aço inoxidável fixos na extremidade do lado menor, puxadores em PVC com pintura cromo acetinada;</p> <p>2 Nichos;</p> <p>Tampo fabricado em MDP, com aprox. 25 mm de espessura;</p> <p>Acabamento em ambas as faces em laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor carvalho.</p>			



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

7	UNID	01	<p>Mesa para escritório (Diretor) em “L” sendo o lado maior peninsular, com medidas aproximadas de 70 cm (L) x 170/150 cm (C) x 73,5 cm (H).</p> <p>Tampo fabricado em MDP, com aprox. 25 mm de espessura.</p> <p>Acabamento em ambas as faces em laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor carvalho.</p> <p>Encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil, na mesma cor do laminado.</p> <p>Painéis frontais fabricados em MDP, com aprox. 18 mm de espessura. Acabamento em ambas as faces, com laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor carvalho.</p> <p>Encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil. Pés metálicos em “I”, na cor platina ou cinza metalizado.</p> <p>03 (Três) Gavetas com aprox. 18 mm de espessura, encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil, com carrilho de aço inoxidável fixos na extremidade do lado menor.</p> <p>Portas: 1 (Uma) porta inferior de abrir em MDP com aprox. 18 mm de espessura. Encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil. Dotadas de duas dobradiças com abertura de 270° cada porta, com fixação lateral com calço de altura de aprox. 5mm de altura permitindo diversas regulagens.</p> <p>Puxador alça medindo aproximadamente 150 mm, com furação 128mm, acabamento em zamak cromo acetinado.</p>			
Valor total:						
TOTAL POR EXTENSO R\$ _____						
DATA						
CARIMBO E ASSINATURA DA PROPONENTE						



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

Proponente:						
Endereço:						
Modalidade: Pregão Eletrônico				Nº 090/2021		
Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias				Prazo de Entrega: Conforme TR. (Anexo I)		
CNPJ.:				Insc. Estadual:		
Condições de Pagamento: CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL						
ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO		
			LOTE 2	MARCA	UNIT	TOTAL
8	UNID	01	Purificador de água, natural e gelada; eletrônico; dimensões aproximadas 46x31x32cm; potência 65 w; 127 volts.			
9	UNID	04	Cafeteira elétrica 110 volts, capacidade mínima 1,8 litros.			
10	UNID	04	Frigobar com aprox. 71 litros; cor branca; 110 volts; porta reversível; com no mínimo 2 prateleiras.			
11	UNID	01	Geladeira/refrigerador com aprox. 410 litros; 110 volts; cor branca.			
12	UNID	04	Forno micro-ondas com no mínimo 20 litros; 110 volts; com trava de segurança, cor branca.			
Valor total:						
TOTAL POR EXTENSO R\$ _____						
DATA						
CARIMBO E ASSINATURA DA PROPONENTE						



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

Proponente:						
Endereço:						
Modalidade: Pregão Eletrônico				Nº 090/2021		
Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias				Prazo de Entrega: Conforme TR. (Anexo I)		
CNPJ.:				Insc. Estadual:		
Condições de Pagamento: CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL						
ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO		
			ITENS	MARCA	UNIT	TOTAL
13	UNID	28	Cadeira de escritório na cor preta, em tela mesh, Material em Poliuretano, com rodinhas, ajuste de altura a gás, base giratória 360°, desmontável, com aranha de 05 (cinco) hastes de aço, com medidas aproximadas: (P) 61 cm (L) 62 cm (H) Alta: 105 cm, Baixa: 95 cm. Medida Interna do Assento (P) 53 cm (L) 49 cm. Peso Máx. Recomendado: 120 kg.			
14	UNID	03	Ar condicionado Split, inverter; 12.000 btus; 220 volts; monofásico.			
Valor total:						
TOTAL POR EXTENSO R\$ _____						
DATA						
CARIMBO E ASSINATURA DA PROPONENTE						



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

**ANEXO III
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO	
			LOTE 1	UNIT	TOTAL
1	UNID	03	Estação de trabalho em MDP com 4 lugares, tipo bancada de trabalho; cor carvalho – medindo aproximadamente 2,40m comprimento, 1,40m largura, altura de 0,75m. Divisória A, medidas aproximadas: Comprimento 1,00m, Altura 0,40m, Espessura 18mm. Divisória B, medidas aproximadas: Altura 0,40m, Largura 0,43m, Espessura 18mm. Cada lugar medindo aproximadamente 1,20 x 0,60m. Tampo confeccionado em madeira MDP com aproximadamente 25mm de espessura, com acabamento nas duas faces em laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor carvalho.	R\$ 1.250,00	R\$ 3.750,00
2	UNID	03	Mesa para escritório em “L” sendo o lado maior peninsular, com medidas aproximadas de 70cm (L) x 180/160cm (C) x 73,5cm (H). Tampo fabricado em MDP, com aprox. 25 mm de espessura. Acabamento para ambas as faces em laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor carvalho. Encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil, na mesma cor do laminado. Painéis frontais fabricados em MDP, com aprox. 18 mm de espessura. Acabamento em ambas as faces, com laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor carvalho. Encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil. Pés metálicos em “T”, na cor platina ou cinza metalizado. 03 (três) Gavetas com aprox. 18 mm de espessura, encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil, com carrilho de aço inoxidável fixos na extremidade do lado menor. Puxador alça medindo aproximadamente 150mm, com furação 128mm em acabamento zamak cromo acetinado.	R\$ 802,22	R\$ 2.406,66



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

3	UNID	04	<p>Armário baixo, medidas 122cm (L) x 43,5cm (P) x 75cm (H). Tampo, corpo, portas e prateleiras fabricadas em MDP com acabamento em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor carvalho. Sendo: Tampo, com aprox. 25 mm de espessura com bordas protegidas em fita borda em policloreto de vinil na mesma cor do tampo.</p> <p>Corpo, Encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil, das laterais, contendo duas fileiras de furos com diâmetro de aprox. 5 mm, distanciados entre si em aprox. 64mm, possibilitando o ajuste da prateleira regulável a cada 64mm, aproximadamente.</p> <p>Fundo em MDP com aprox. 18 mm de espessura.</p> <p>Encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil.</p> <p>02 (duas) Portas inferiores de abrir em MDP com aprox. 18 mm de espessura. Encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil. Dotadas de duas dobradiças com abertura 270° cada porta, com fixação lateral com calço de altura de aprox. 5 mm, permitindo diversas regulagens.</p> <p>Puxador alça medindo aprox. 150 mm, com furação 128 mm, acabamento em zamak cromo acetinado, fixado com parafusos.</p> <p>01 (Uma) Prateleira com aprox. 18 mm de espessura, encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil, regulável e apoiada em pinos de aço inoxidável fixos nas laterais, com cavidades na face inferior para dar melhor apoio sobre os pinos.</p>	R\$ 557,62	R\$ 2.230,48
4	UNID	01	<p>Mesa retangular para reunião com medidas de aprox. 200 cm (L) x 100 cm (P) x 73,5 cm (H). Tampo fabricado em MDP com aprox. 25 mm de espessura. Acabamento em ambas as faces em laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor carvalho. Encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil, na mesma cor do laminado.</p> <p>Painéis frontais fabricados em MDP com aprox. 18 mm de espessura.</p> <p>Pés metálicos em “I”, na cor platina ou cinza metalizado.</p> <p>Fixação das estruturas do tampo através de parafuso e bucha metálica com rosca milimétrica para dar rigidez e permitir a montagem e desmontagem sem danificar seus componentes.</p>	R\$ 696,00	R\$ 696,00



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

5	UNID	01	<p>Armário alto, medidas aprox. de 60 cm (L) x 32m (P) x 175 cm (H).</p> <p>Corpo, tampo, portas e prateleiras fabricadas em madeira MDP com acabamento em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor carvalho.</p> <p>Sendo o tampo com aprox. 25 mm de espessura com bordas protegidas por fita borda na mesma cor do tampo.</p> <p>Corpo: em MDP, com aprox. 18 mm de espessura, encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil, contendo duas fileiras de furos com diâmetro de aprox. 5 mm, distanciados entre si em aprox. 64 mm, possibilitando o ajuste da prateleira regulável aproximadamente a cada 64 mm;</p> <p>Fundo: em MDP com aprox. 18 mm de espessura.</p> <p>Encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil.</p> <p>02 (duas) Portas de abrir em MDP, com aprox. 18 mm de espessura.</p> <p>Dotadas de três dobradiças com abertura de aprox. 270° cada porta, com fixação lateral com calço de 5 mm de altura permitindo diversas regulagens.</p> <p>Puxador em formato alça medindo aproximadamente 150 mm, fixado com parafusos.</p> <p>Prateleiras com aprox. 18 mm de espessura, 01 (uma) prateleira fixa nas laterais do armário por quatro parafusos embutidos na face inferior da prateleira. 03 (três) Prateleiras reguláveis apoiadas em pinos de aço inoxidável fixos nas laterais, com cavidades na face inferior para dar melhor apoio sobre os pinos.</p>	R\$ 879,91	R\$ 879,91
6	UNID	01	<p>Mesa Presidente formato em “L”, medidas aproximadas de 70 cm (L) x 170 cm (C) x 73,5 cm (H).</p> <p>Com armário de medidas aproximadas 45cm (L) x 160 cm (C) x 63,5 cm (H);</p> <p>02 (duas) Portas dotadas de duas dobradiças com abertura de 270° cada porta, com fixação lateral com calço de altura de aprox. 5 mm de altura permitindo diversas regulagens.</p> <p>3 (três) Gavetas com aprox. 18 mm de espessura, encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil, com carrilho de aço inoxidável fixos na extremidade do lado menor, puxadores em PVC com pintura cromo acetinada;</p> <p>2 Nichos;</p> <p>Tampo fabricado em MDP, com aprox. 25 mm de espessura;</p> <p>Acabamento em ambas as faces em laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor carvalho.</p>	R\$ 1.304,97	R\$ 1.304,97



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

7	UNID	01	<p>Mesa para escritório (Diretor) em “L” sendo o lado maior peninsular, com medidas aproximadas de 70 cm (L) x 170/150 cm (C) x 73,5 cm (H).</p> <p>Tampo fabricado em MDP, com aprox. 25 mm de espessura.</p> <p>Acabamento em ambas as faces em laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor carvalho.</p> <p>Encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil, na mesma cor do laminado.</p> <p>Painéis frontais fabricados em MDP, com aprox. 18 mm de espessura. Acabamento em ambas as faces, com laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor carvalho.</p> <p>Encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil. Pés metálicos em “I”, na cor platina ou cinza metalizado.</p> <p>03 (Três) Gavetas com aprox. 18 mm de espessura, encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil, com carrilho de aço inoxidável fixos na extremidade do lado menor.</p> <p>Portas: 1 (Uma) porta inferior de abrir em MDP com aprox. 18 mm de espessura. Encabeçamento nos topos com fita borda em policloreto de vinil. Dotadas de duas dobradiças com abertura de 270° cada porta, com fixação lateral com calço de altura de aprox. 5mm de altura permitindo diversas regulagens.</p> <p>Puxador alça medindo aproximadamente 150 mm, com furação 128mm, acabamento em zamak cromo acetinado.</p>	R\$ 1.390,19	R\$ 1.390,19
VALOR TOTAL DO LOTE: R\$ 12.658,21					
TOTAL POR EXTENSO: DOZE MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E VINTE E UM CENTAVOS					



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO	
			LOTE 2	UNIT	TOTAL
8	UNID	01	Purificador de água, natural e gelada; eletrônico; dimensões aproximadas 46x31x32cm; potência 65 w; 127 volts.	R\$ 730,67	R\$ 730,67
9	UNID	04	Cafeteira elétrica 110 volts, capacidade mínima 1,8 litros.	R\$ 177,01	R\$ 708,04
10	UNID	04	Frigobar com aprox. 71 litros; cor branca; 110 volts; porta reversível; com no mínimo 2 prateleiras.	R\$ 1.034,77	R\$ 4.139,08
11	UNID	01	Geladeira/refrigerador com aprox. 410 litros; 110 volts; cor branca.	R\$ 3.322,23	R\$ 3.322,23
12	UNID	04	Forno micro-ondas com no mínimo 20 litros; 110 volts; com trava de segurança, cor branca.	R\$ 516,73	R\$ 2.066,92
VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 10.966,94					
TOTAL POR EXTENSO: DEZ MIL E NOVECENTOS E SESENTA E SEIS REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS					

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO	
			ITENS	UNIT	TOTAL
13	UNID	28	Cadeira de escritório na cor preta, em tela mesh, Material em Poliuretano, com rodinhas, ajuste de altura a gás, base giratória 360°, desmontável, com aranha de 05 (cinco) hastes de aço, com medidas aproximadas: (P) 61 cm (L) 62 cm (H) Alta: 105 cm, Baixa: 95 cm. Medida Interna do Assento (P) 53 cm (L) 49 cm. Peso Máx. Recomendado: 120 kg.	R\$ 829,50	R\$ 23.226,00
14	UNID	03	Ar condicionado Split, inverter; 12.000 btus; 220 volts; monofásico.	R\$ 1.904,76	R\$ 5.714,28
VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 52.565,43					
TOTAL POR EXTENSO: CINQUENTA E DOIS MILHÕES E QUINHENTOS E SESENTA E CINCO MIL E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS					